



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI 26/2013

Súmula: Altera a Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, modificada pela Lei nº 14.584, de 22 de dezembro de 2004, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar, com o objetivo de transportar alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Para execução do Programa de que trata o artigo 1º da Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, o artigo 2º da referida Lei, alterado pelo artigo 1º da Lei nº 14.584, de 22 de dezembro de 2004, passa a ter a seguinte redação: "A quota do transporte escolar será automaticamente repassada aos Municípios, em conta específica aberta para esse fim, no valor *per capita* calculado conforme os critérios definidos em Resolução específica expedida pela Secretaria de Estado."

§ 1º Os recursos de que trata o *caput* deste artigo, serão transferidos diretamente aos municípios, pela Secretaria de Estado da Educação, até o último dia útil de cada mês, no período de fevereiro a novembro do ano em curso.

§ 2º O repasse dos recursos do PETE destina-se ao pagamento de despesas de custeio de transporte escolar, executado de forma direta ou terceirizada.

§ 3º Caberá ao Município a execução do recurso transferido e o planejamento da oferta do transporte dos alunos, de acordo com a realidade municipal e as necessidades do Sistema Estadual de Ensino.

Art. 2º O artigo 3º da Lei nº 11.721/1997, terá a seguinte redação: "Caberá ao Comitê Estadual do Transporte Escolar, instituído pelo Decreto nº 2.038, de



20 de julho de 2011, acompanhar, desenvolver e normatizar a execução do transporte escolar no âmbito do Sistema Estadual de Educação Básica.

Parágrafo único. Para acompanhamento das condições de oferta do transporte escolar, ficam os municípios obrigados a cadastrarem as informações que lhes são pertinentes no Sistema de Gestão do Transporte Escolar (SIGET)."

Art. 3º O artigo 4º da Lei nº 11.721/1997, alterado pelo art. 2º da Lei nº 14.584/2004, passará a ter a seguinte redação: "Caberá ao município constituir o Comitê Municipal do Transporte Escolar, conforme dispõe o artigo 24, § 1º, IV da Lei nº 11.494/2007, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a gestão dos recursos e a qualidade do serviço do transporte escolar ofertado nos municípios."

Art. 4º O artigo 5º da Lei nº 11.721/1997, alterado pelo artigo 3º da Lei nº 14.584/2004, passará a ter a seguinte redação: "As receitas e despesas realizadas com o Transporte Escolar serão incluídas nos relatórios e balanços dos Municípios, obedecendo à legislação nacional, bem como as normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado."

Art. 5º O artigo 6º da Lei nº 11.721/1997, terá a seguinte redação: "Os recursos repassados dispensam convênio, acordo ou ajuste, devendo o Município aplicá-los integralmente na finalidade prevista, mantendo os documentos comprobatórios devidamente arquivados no prazo previsto, nos termos da Lei nº 10.880/2004, artigo 6º, § 4º, para serem avaliados pelos órgãos de controle interno e de controle externo dos Poderes Executivo e Legislativo."

Art. 6º O artigo 7º da Lei nº 11.721/1997, passará a ter a seguinte redação: "O Tribunal de Contas do Estado fiscalizará a aplicação dos recursos repassados aos Municípios, na forma da legislação em vigor."

Art. 7º O artigo 8º da Lei nº 11.721/1997, terá a seguinte redação: "A utilização indevida dos recursos do Transporte Escolar, bem como, a não observância da integralidade dos dispositivos contidos nesta lei, implicará na suspensão dos repasses, sem prejuízo das demais cominações legais."

Art. 8º Fica autorizada a abertura de crédito suplementar ao orçamento da Secretaria de Estado da Educação para dar atendimento às atividades do Programa.



Art. 9º Os critérios, as formas de transferência, a execução, o acompanhamento e a prestação de contas dos recursos financeiros serão disciplinados por resolução específica da Secretaria de Estado da Educação - SEED.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 6 de fevereiro de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências
Em, 10/02/2013
Presidente



MENSAGEM

Nº 003/2013

Curitiba, em 06 de fevereiro de 2013.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 18 FEV 2013
1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, modificada pela Lei nº 14.584, de 22 de dezembro de 2004, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar, com o objetivo de transportar alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.

Com a aprovação da Lei nº 11.721/1997, o Governo do Estado do Paraná instituiu o Programa Estadual do Transporte Escolar (PETE), com o objetivo de melhorar a qualidade educacional e o acesso à educação dos alunos da rede pública de ensino do Paraná.

Essa Lei estabeleceu o modo de transferência e forma de definição dos valores a serem transferidos, bem como assegurou a possibilidade dos municípios celebrarem termo de convênio com o Estado, ajustando a realização do transporte escolar desses alunos e repasse de recursos para suprir as despesas decorrentes dessa atividade.

Por meio da Lei nº 14.584/2004, a Lei de 1997 sofreu sua primeira alteração, com modificação na forma de transferência dos recursos e os mecanismos de controle social.

Desde 2004, muitos avanços foram obtidos na execução do PETE, principalmente foram ampliados os mecanismos de controle social de transferência

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.712.389-8



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

de recursos, da prestação de contas e, o mais importante, de acompanhamento da qualidade da oferta do transporte escolar em todo o Estado. Destacam-se entre eles:

- a criação do Comitê Estadual do Transporte Escolar, pelo Decreto Estadual nº 2.038, de 20 de julho de 2011, com a função de acompanhar, desenvolver e normatizar a execução do transporte escolar no âmbito do Sistema Estadual de Educação Básica;
- a instituição dos Comitês Municipais do Transporte Escolar, também desde 2011, em que representantes das escolas estaduais, da Secretaria Municipal de Educação e de pais e professores acompanham e fiscalizam, em nível local, a prestação dos serviços de transporte escolar em seus vários aspectos;
- a implantação do Sistema de Gestão do Transporte Escolar (SIGET), recurso instrumental, disponível pela *internet* de modo gratuito e aberto para uso institucional, destinado a integrar todos os recursos metodológicos, dados e produtos informativos construídos pelo Governo do Estado e municípios.

É importante mencionar que o SIGET permitiu a transferência de recursos de modo equânime e mais próximo à realidade de todos os municípios, por consolidar todos os dados necessários para o conhecimento do custo do transporte escolar de cada município do Estado. Em 2012, os recursos do PETE foram transferidos tendo por base o custo/aluno/quilômetro de cada município paranaense. Há que ressaltar o significado dessa medida, demanda histórica dos municípios paranaenses, atualmente possível de ser realizada por meio da instituição do SIGET.

Entende-se que esses são avanços significativos no sentido da melhoria da oferta do transporte escolar no Paraná e que não podem sofrer solução de continuidade. Por esta razão é que apresento o presente Anteprojeto de Lei objetivando alterar a Lei nº 11.721/1997. Mesmo com as alterações realizadas em 2004, a lei está aquém da realidade e arranjo institucional em vigor. Os instrumentos constituídos necessitam ser regulamentados, para que não se interrompa esse processo evolutivo na melhoria do transporte escolar do paranaense.

Ademais, há que se reconhecer que a realidade é dinâmica e que os instrumentos legais, jurídicos administrativos e outros são produtos e expressões de sua época. Nessa condição, eles se mantêm livres de ajustes e alterações na proporção em que permanecem compatíveis com a história. E, no caso do Programa

Estadual do Transporte Escolar, a Lei que o instituiu apresenta anacronismos que precisam ser corrigidos.

Vale mencionar que a alteração proposta neste Anteprojeto de Lei não implica em alteração no volume de recursos advindos do Tesouro do Estado para a execução do Programa Estadual do Transporte Escolar.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

13

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 026/2013

Projeto de Lei nº. 026/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 003/2013

Súmula: Altera a Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, modificada pela Lei nº 14.584, de 22 de dezembro de 2004, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar, com o objetivo de transportar alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências

EMENTA: PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR. ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 2º; 3º; 4º; 5º; 6º, 7º E 8º DA LEI ESTADUAL 11.721/97. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 13, 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 177 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONSTITUCIONAL. LEGAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder

Executivo, visa alterar os artigos 2º; 3º; 4º; 5º; 6º; 7º e 8º da Lei Estadual nº

Concedido vista.
Em 26/02/2013

Dep. Elton Walter
Rua Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

14

11.721 de 20 de maio de 1997 que Institui o Programa Estadual de Transporte Escolar.

Tais alterações visam uma melhor adequação aos procedimentos e instrumentos constituídos na execução desse programa, que tem o objetivo de melhorar a qualidade educacional e o acesso dos alunos às escolas da Rede Pública de Ensino do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

15

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléa, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléa, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Neste mesmo sentido, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléa Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
(grifos nossos)

Inclusive importante destacar que o Poder Executivo possui plena competência para legislar sobre o assunto a que se refere o presente projeto de lei, de acordo com o que preceitua o inciso IX, do art. 13 da Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

16

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desportos:

Ainda, a Constituição do Estado do Paraná dispõe que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, vejamos:

Art. 177. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ora, insta salientar que o assunto em questão aborda assunto de competência da Secretaria da Educação do Estado do Paraná, no entanto, a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

17

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO WILSON QUINTEIRO

RELATOR

APROVADO

unanimi 05.03.13



19
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 026/13

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 03/13 que objetiva alterar a Lei nº 11.721/1997, modificada pela Lei nº 14.584/2004, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar, com o objetivo de transportar alunos da Rede Pública de Ensino do Estado e adota outras providências.

Preliminarmente denota-se que a proposta foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Wilson Quinteiro e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer que a iniciativa objetiva apresentar instrumentos para que não se interrompa o processo evolutivo na melhoria do transporte escolar do paraná.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 87, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Oportuno observar, que a Constituição Estadual em seu art. 177, destaca que a educação também é dever do Estado.

Vale ressaltar que, a proposta vem acompanhada do ofício nº 3662/2012-GS/SEED, subscrito pelo Senhor Flávio Arns, Secretário de Estado da Educação, informando que a alteração proposta não implica em



20

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

alteração no volume de recursos advindos do Tesouro do Estado para a execução do Programa Estadual de Transporte Escolar.

Desta forma, a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere os preceitos da Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Isto posto, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa nesta Casa Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

3


É o parecer.

Sala das Comissões, 13/03/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI
RELATOR


outro


outro



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer
Vice-Presidente: Deputado Adellino Ribeiro
MEMBROS

Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tercílio Turini.

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº26/2013

Projeto de Lei nº 26/2012 – Mensagem 03/2013
Autor: Poder Executivo

Súmula: Altera a Lei nº 11.721/1997, modificada pela Lei 14.584/2004, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar aos alunos da rede pública de ensino do Estado.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 26/2013** de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem 03/2013, altera a Lei nº 11.721/1997, modificada pela Lei nº 14.584/2004, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar aos alunos da rede pública de ensino do Estado, alterando a redação do item que se refere ao critério específico para o repasse da quota de transporte escolar aos municípios.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 26/2013**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado e a necessidade de adaptação do Programa de Transporte Escolar à realidade atual dos municípios. A Lei 11.721/1997 modificada pela Lei 14.584/2004 é clara no que diz respeito ao critério utilizado atualmente para o repasse da quota do transporte escolar do Estado aos Municípios, baseado única e especificamente ao número de alunos calculado pelo Censo Escolar.

Porém, vale lembrar que hoje a realidade de cada município é diferenciada, a modernidade e o próprio Sistema de Gestão de Transportes (SIGET), permite o alcance de dados mais sólidos que favorecem uma análise criteriosa do custo total por aluno, levando em

consideração a distância percorrida, dificuldades no trajeto e uma adaptação mais próxima da realidade em que estão inseridos. Desta forma o mérito desta proposição altera este item, contemplando uma abrangência maior aos critérios utilizados para o repasse da quota do transporte escolar, priorizando uma análise específica da realidade diária de cada município, sem que para isso haja a necessidade de interrupção nos trabalhos de logística dos alunos.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no **Art. 33 - F do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Com a alteração da proposta, o critério utilizado para o repasse da quota aos municípios deixa de ser baseado única e exclusivamente aos dados do Censo Escolar, passando a contemplar dados gerais obtidos pela Secretaria de Estado, que hoje já permitem uma visão muito maior da realidade inserida em cada município, lembrando que este processo dar-se-á sem a necessidade prejudicial do andamento de qualquer atividade pública específica.

Restando assim, grandes evidências da não existência de qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que a proposta não causa interferência e nem interrupção no transporte diário dos alunos, apenas favorece sua adaptação.

III – CONCLUSÕES

O artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, torna-se relevante neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

Cito assim, destaca-se o mérito da matéria em questão, atrelado ao bem comum e a importância desta proposição pela adaptação dos critérios analisados pelo Estado em relação à realidade de cada município. O **Projeto de Lei 26/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ em sua relatoria apresentada pelo Deputado Wilson Quinteiro, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, já que o projeto objetiva favorecer os municípios ao utilizar critérios mais amplos para o repasse da quota do transporte escolar, sem que para isso necessite causar interrupção em seu trabalho.



Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 26/2013, em sua forma apresentada.

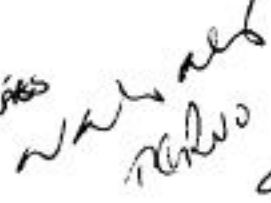


*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 19 de março de 2013.*


FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão


ADÉLINO RIBEIRO
Relator


JONAS GUIMARÃES


NELSON


ELTON WELTER


PEDRO EDSON
PRACZYK


TERCILIO
TURINI



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 26/2013

Projeto de Lei nº 26/2013

Autor: Poder Executivo - Mensagem nº 03/2013

Súmula: Altera a Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, modificada pela Lei nº 14.584, de 22 de dezembro de 2004, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar, com o objetivo de transportar alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei nº 26/2013, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 03/2013, tem como objetivo alterar os artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º da Lei Estadual nº 11.721 de 20 de maio de 1997 que instituiu o Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Em conformidade com os artigos 29, § 1º, II, 30, § 2º, I e 33-G, todos do Regimento Interno desta Casa de Leis, cumpre-nos as obrigações das análises dos Projetos de Leis, quanto ao seu mérito e oportunidade, sempre visando o interesse público.

O projeto de lei em análise vem ao encontro do interesse público uma vez que, se sancionado este projeto pelo Governador, irá contribuir em muito com a educação de nossos alunos em todos os níveis da educação, pois, uma evolução e melhor adequação aos instrumentos de transferência e controle, definem um melhor conhecimento do custo/aluno/quilômetro, que define o custo de cada município podendo assim ter uma distribuição mais equitativa e próxima da realidade dos recursos disponíveis.

Além do mais, o Parágrafo único do art. 2º, também arremete ao interesse público e a moralidade, utilizando o Sistema



de Gestão do Transporte Escolar - SIGET este se mostra eficaz na consolidação de dados, disponíveis de modo gratuitos e abertos.

Sendo assim, a iniciativa da proposta de Lei traz em seu bojo uma relevância social e moral, com avanços na oferta de transporte escolar, distribuição de recursos e controles.

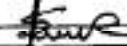
III - VOTO DO RELATOR

Posto isto, e devido à importância da matéria e verificados os preceitos da conveniência, oportunidade e efetividade, entendo que o Projeto de Lei nº 26/2013, vem ao encontro da moralidade e ao interesse público. O que de pronto manifesto pelo **Parecer Favorável** ao mesmo.

IV - CONCLUSÃO

Diante do exposto, e atendendo ao que determina o art. 43, § 2º do Regimento Interno, os membros da Comissão de Educação, acatam o voto do Nobre Relator, e manifestam pelo **Parecer Favorável** ao Projeto de Lei nº 26/2013, pelos aspectos de conveniência, oportunidade, efetividade e interesse público.

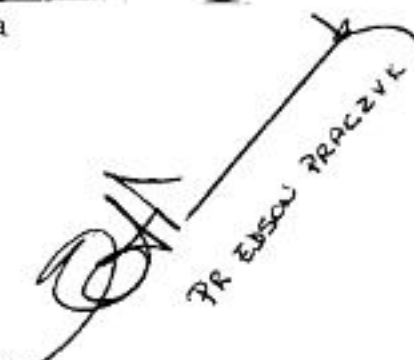
Sala das Comissões.
Curitiba, 25 de março de 2013.


Deputado Adelino Ribeiro Silva
Presidente


Deputado Elie Rusch
Relator


Tereza


Prof. Lenos


PR EDSAI TRACZE



Emenda de Plenário nº	01
DAP	03 ABR. 2013
Visto	<i>Claudia</i>

**EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 26/2013**



Súmula: Altera a redação do
art. 9º do Projeto de Lei
26/2013.

Com fulcro nas disposições do art. 137 e seus parágrafos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, os deputados que o presente subscrevem, apresentam emenda modificativa ao projeto de lei 26/2013, alterando-se a redação do art. 9º, o qual passa a contar com a seguinte redação:

Art. 9º. Os critérios, as formas de transferência, a execução, o acompanhamento e a prestação de contas dos recursos financeiros serão disciplinados por resolução específica da Secretaria de Estado da Educação – SEED, com a anuência do Comitê Estadual de Transporte Escolar, o qual passa a ter caráter deliberativo.

Sala das Sessões, 03 de abril de 2013.

Deputado Fernando Scanavaca

15447 03/04/2013 08:27:44 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

ALCEU MARCON FILHO
IVERSEN

HERNAN
RASCA
ACIOLI



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete Deputado Pedro Lupion



PARECER À EMENDA DE PLÊNÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 26/2013

Projeto de Lei nº 26/13

Emenda Modificativa apresentada em Plenário

Súmula: Altera a redação do art. 9º do Projeto de Lei. 26/2013.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ARTS 137, §4º E 141, I, DO REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. APROVAÇÃO DA EMENDA NA FORMA DA SUBEMENDA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, visa alterar os artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º da Lei Estadual 11.721 de 20 de maio de 1997 que institui o Programa Estadual de Transporte Escolar.

Ocorre que, em data de 03 de abril do ano corrente, o projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda discussão e, por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete Deputado Pedro Lupion



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete Deputado Pedro Lupion



II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade de oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa, aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência. Senão Vejamos:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que a emenda ora analisada está em consonância com os ditames constitucionais, não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Todavia, com o escopo de aperfeiçoar a redação da alteração ora em análise, apresentamos a subemenda anexa.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

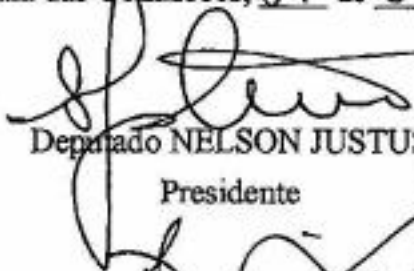
Gabinete Deputado Pedro Lupion








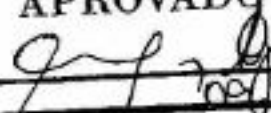
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO da presente
Emenda Modificativa de Plenário, NA FORMA DA SUBEMENDA EM ANEXO.

Sala das Comissões, 09 de 04 abril de 2013.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator






APROVADO

200413



**SUBEMENDA À EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
APRESENTADA AO
PROJETO DE LEI Nº 26/2013**

Súmula: Altera a redação da emenda de plenário apresentada ao Projeto de Lei nº 26/2013.

Com fulcro nas disposições do art. 138 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, os deputados que o presente subscrevem, apresentam a presente subemenda.

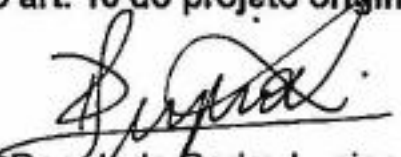
Art. 1º. O art. 9º do Projeto de Lei nº 26/2013 passa a contar com a seguinte redação:


Art. 9º. Os critérios, as formas de transferência, a execução, o acompanhamento e a prestação de contas dos recursos financeiros serão disciplinados por resolução específica da Secretaria de Estado da Educação – SEED.

Art. 2º. O Projeto de Lei 29/2013 passa a vigorar acrescido do art. 10, com a seguinte redação:

Art. 10. A resolução de que trata o artigo anterior deverá passar pela análise e anuência do Comitê Estadual de Transporte Escolar, o qual passa a ter caráter deliberativo.

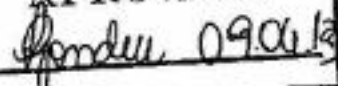
Art. 3º. Renumerase o art. 10 do projeto original para art. 11.


Deputado Pedro Lupion
Relator


Deputado Nelson Justus
Presidente




APROVADO


09/06/13



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 05 /2013

Altera a redação do artigo 106 da Resolução nº 1/2005.

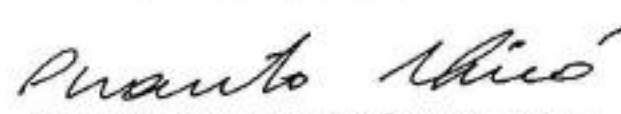
Art. 1º O artigo 106 da Resolução nº 1, de 1º de março de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 106 As questões de ordem serão publicadas na ata da sessão em que forem suscitadas e resolvidas pelo Presidente e nas publicações relativas à atividade parlamentar, no site oficial da Assembleia Legislativa."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de março de 2013.


Deputado **VALDIR ROSSONI**
PRESIDENTE


Deputado **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**
1º SECRETÁRIO


Deputado **ADEMIR BIER**
2º SECRETÁRIO



JUSTIFICATIVA

A atual redação do artigo 106 do Regimento Interno prevê que as questões de ordem serão registradas em livro próprio e publicadas em avulsos. Essa prática de publicações avulsas foi extinta nesta Casa e cabe a correção do texto do Regimento Interno.

Considerando que a publicação da ata no Diário da Assembleia e a veiculação da questão de ordem através do site oficial da Casa torna dispensável a existência do referido livro. Cabe salientar que esse livro, na realidade, nunca existiu na Diretoria Legislativa.

Ressalte-se que já consta do site oficial da ALEP, nos registros da atividade parlamentar, o registro das questões de ordem relativas aos anos de 2011 e 2012.

Em razão do exposto, pretende-se essa alteração do Regimento Interno dar maior publicidade na resolução das questões de ordem, em conformidade com a evolução tecnológica empreendida no Poder Legislativo.

Sala das Sessões, 26 de março de 2013.

Quarta



RESOLUÇÃO Nº 01405

Data: 01 de março de 2005.


Súmula: Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passa a vigorar conforme o texto em anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, juntamente com o Regimento Interno anexo, ficando revogada a Resolução nº 159/90, de 28 de dezembro de 1990, suas alterações e demais disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 01 de março de 2005.


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO
Presidente



Art. 100. Serão registradas em livro próprio e publicadas anualmente, em anexo ao Diário da Assembléia, todas as questões de ordem resolvidas pelo Presidente da Assembléia.

CAPÍTULO III

SEÇÃO ÚNICA

DA COMISSÃO GERAL

Art. 107. A Sessão Plenária da Assembléia será transformada em Comissão Geral, por proposta conjunta de Líderes, ou por um terço dos membros da Assembléia, sob a direção de seu Presidente, para:

I - debate de matéria relevante;

II - estudo de qualquer assunto, ou outro fim determinado;

III - discussão de projeto de lei de iniciativa popular, desde que presente o orador que irá defendê-lo;

IV - comparecimento de Secretário de Estado.

§ 1º A Assembléia será constituída em Comissão Geral, com a aprovação da maioria absoluta dos votos.

§ 2º O requerimento propondo a constituição da Assembléia em Comissão Geral só será submetido à discussão e votação, decorridas vinte e quatro horas de sua apresentação e deverá conter desde logo, o objeto, o dia e hora da reunião.

CAPÍTULO IV

DA ORDEM INTERNA

Art. 108. O policiamento do edifício da Assembléia e de suas dependências compete, privativamente, sem intervenção de qualquer outro Poder, à Comissão Executiva da Assembléia.

§ 1º Para esse policiamento, a Comissão Executiva poderá requisitar oficiais e praças da Polícia Militar, que serão postos à inteira disposição da Mesa.

§ 2º É proibido o porte de arma de qualquer espécie no Edifício da Assembléia e suas áreas adjacentes.

§ 3º É obrigatório aos Senhores Deputados e funcionários, durante a Sessão Plenária, o uso de traje passeio completo.

Art. 109. Qualquer pessoa poderá assistir às sessões das galerias, desde que esteja desarmada e guarde silêncio, sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar na Assembléia.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello



PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 05/2013

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº05/2013

AUTOR: COMISSÃO EXECUTIVA

RELATOR: PÉRICLES DE MELLO

Súmula: Altera a redação do artigo 106 da Resolução nº 01/2005, que dispõe sobre o regimento interno da ALEP.

EMENTA: ALTERA O ARTIGO 106 DA RESOLUÇÃO Nº 01/2005. INICIATIVA DA COMISSÃO EXECUTIVA. POSSIBILIDADE. ART. 54 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ARTS. 33 E 121, § 2º DO REGIMENTO INTERNO. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Resolução, de autoria da Comissão Executivo visa alterar o artigo 106 da Resolução nº 1, de 1º de março de 2005, a fim de conferi-la a redação:

"Art. 106 As questões de ordem serão publicadas na ata da sessão em que forem suscitadas e resolvidas pelo Presidente e nas publicações relativas à atividade parlamentar, no site oficial da Assembleia Legislativa".



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifou-se)

A Constituição Estadual estabelece a competência privativa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para elaborar seu regimento Interno, conforme segue:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

II - elaborar o Regimento Interno; (grifos nossos)

Ademais, o **Projeto de Resolução** é o meio adequado para regular matéria de caráter administrativo, conforme dispõe o art. 121, § 2º, II do **REGIMENTO INTERNO**:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 1º...

§ 2º Os projetos de resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre os quais deva a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

Assembléiapronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais com (...)(grifo nosso)




Assim, resta claro que o Projeto de Resolução encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE**.


Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto de Resolução ora em tela encontra-se em consonância com as disposições da Lei Complementar Federal nº 95/98.

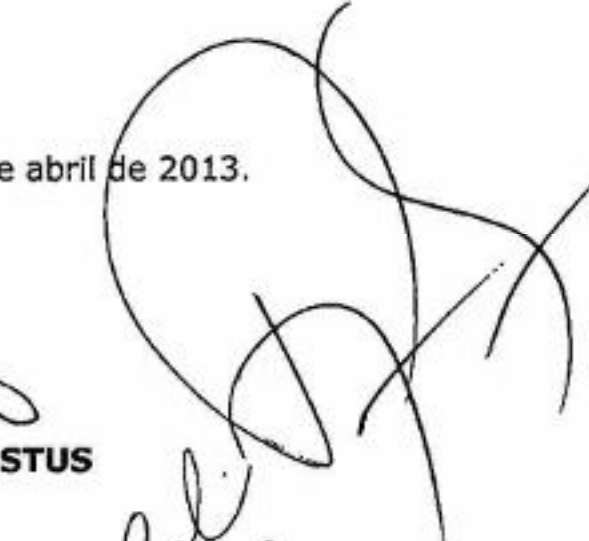


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Resolução, em face de sua **LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 09 de abril de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO
RELATOR




APROVADO
09.04.13